OPINIÃO CATHARINENSE

PUBLICA-SE

JORNAL POLITICO E NOTICIOSO

ASSIGNATURAS

CAPITAL

Anno 5\$ 000

PARA FORA

Anno 6\$ 000

Folha avulsa 200 rs.

As quintas-feiras de cada
semana.

REDACTOR PRINCIPAL

DR. GENUINO FIRMINO VIDAL CAPISTRANO.

OPINIÃO CATHARINENSE.

Era impossível que o partido conservador desta provincia continuasse por mais tempo no somno da indiferença, quando não em descalabro os negocios politicos e administrativos, entregues á inexperiencia do sr. João Thomé da Silva, enigma ou hieroglypho indecifrável.

Hoje a *Opinião Catharinense*, defendendo os interesses legitimos desse partido, estigmatizando os actos arbitrarios de s. ex.; hoje que os amigos da ordem e da moderação levantão-se para eucharizar do poder aquelles que por um feliz acaso delle se hão rearmado-se, s. ex. deve bem conhecer a falsa posição em que se acha collocado.

Não vê o sr. dr. João Thomé o circulo em que vive, a atmosphera que respira e o meio em que se agita?

Não está vendo as dificuldades com que luta para qualquer nomeação, a nomeação a mais insignificante?

Não pense, no entretanto, s. ex. que é por falta de pessoal nesta provincia; estas dificuldades são filhas de sua má administração, e não de falta de pessoal. O partido conservador não tem mais recursos para a nomeação de s. ex.?

A noite de 24 de Outubro de 1870, s. ex. viu com sua propria vista a de uma população pacifica dar o seu testemunho de reprobção a seus actos arbitrarios, lhe está indicando qual o caminho que deve seguir.

A *Opinião Catharinense*, apparecendo no dia primeiro de novembro para secundar o sentimento dessa população, e para defender aquelles que se esforçao pelo progresso do lugar em que nascerão, progresso, no entretanto, entregue aos cuidados do sr. dr. João Thomé da Silva, está mostrando claramente a s. ex. que é impossível continuar no governo provincial.

O que tem feito s. ex. em bem desta provincia?

Nada, absolutamente nada, apesar do *Conservador* apregoar continuamente que s. ex. é optimo administrador, que tem inaugurado uma época de felicidades para Santa Catharina, e que para esta é um padrao de gloria sua brilhante administração.

Se o *Conservador* dicesse que o sr. João Thomé tem esbanjado com os amigos os dinheiros provinciales, se dicesse que tem lançado por terra os creditos de Santa Catharina, que tem desmoroado o partido da ordem, e proseguido a enumerar outros tantos feitos da presidencia, teria sem duvida seguido o caminho da verdade.

Citaremos apenas um facto recente.

Ha bem poucos dias, na ultima semana de Outubro, o presidente dr. João Thomé da Silva desacreditou a provincia de Santa Catharina.

S. ex. fez um contracto para ser acabado o theatro de Santa Isabel. O contractador deve receber em cinco prestações a quantia estipulada de vinte e cinco contos de réis, e s. ex. passa uma *escriptura de hypotheca* do mesmo theatro ao sr. José Feliciano Alves de Brito, mostrando deste modo bem claramente qual o apreço que dá aos creditos de Santa Catharina.

A provincia de Santa Catharina hypothecada ao sr. José Feliciano Alves de Brito!

E *hypothecada* pela quantia insignificante de vinte contos de réis, visto já ter sido paga uma das prestações!

E' até onde pôde chegar a moralidade da administração de s. ex.

Que sentimento profundo para os verdadeiros catharinenses!

Duas nomeações.

O presidente da provincia é sempre infeliz nos seus calculos.

S. ex. nomeia promotor publico da capital o bacharel Joaquim Augusto do Livramento, tendo antes lhe dado o lugar de procurador fiscal da thesouraria provincial, julgando que assim fazia uma optima aquisição para sua guarda avançada, sem cuidar, no entretanto, de ver que em vez de addicionar, estava diminuindo as sympathias que já lhe são muito escasas.

Quem deverá estar melhor informado do que s. ex. a respeito do que se acha nas secretarias d'estado?

Não sabe que esse individuo que obteve as graças de s. ex., não pode conseguir ser secundario depois de segundo quaternario?

Quem que não tem este pedido obter um lugar de promotor publico, e não tem, não obstante, de muitas pedidas de seus concitadanos a sua nomeação?

E' por isso que dizemos que s. ex. é infeliz nos seus calculos, devendo saber que quem se acha em taes condições, que sem motivo algum abandona seus amigos politicos, que de liberal se faz conservador da noite para o dia, é mais que um Zopiro, que amanhã entregará com igual facilidade, a quem lhe acenar com a bolsa, os risinhos amigos da vespera.

Não descançe, pois, s. ex. no somno da indolencia, nem contente e alegre se apresente hoje o *Conservador* ao publico com seu novo promotor, porque amanhã podem mudar-se as scenas, e não louvarei o capitão que disser: eu não cuidei.

Quanto a este ponto temos assaz dito para não mais demorar-nos sobre elle.

Uma outra nomeação infeliz é a do sr. padre Franco para professor interino do Atheneu.

S. ex. é sempre transgressor da lei, até mesmo daquellas que forão filhas de suas fracas luzes e falta de tino.

O sr. doutor João Thomé, nomeia interinamente para reger a cadeira de rethorica e poetica do Atheneu provincial ao padre João Evangelista Franco!

E' escusado dizer que o sr. padre Franco, não pode occupar esse cargo, sem quebra do desempenho dos seus deveres, como professor da companhia de menores, a bordo da *Tapojes*.

O sr. padre Franco como é que ha de leccionar a bordo, aonde mora, e dar ao mesmo tempo lições em terra no Atheneu?

Essa nomeação interina ainda é mais absurda, quando é certo que o nomeado é uma praça, sujeita a uma ordem de embarque para fóra da provincia de um instante para outro.

Mas tudo isto nada é, em vista do que vamos considerar.

Perguntamos ao sr. João Thomé em que art. do regulamento de 25 de Maio do corrente anno se baseou para fazer essa nomeação interina?

Encontramos no regulamento uma negativa ao acto arbitrario de s. ex.

Os lentes do Atheneu, segundo o regulamento, substituem-se mutuamente na falta ou impedimento de algum delles; mas não declara que haja nomeações interinas.

Todos os professores são cathedrauticos e substitutos; mas não ha professores *interinos*.

Como é então que o sr. João Thomé da Silva houve por bem nomear o sr. padre Franco para reger *interinamente* a cadeira de rethorica e poetica do Atheneu provincial, o sr. padre Franco que se acha nas condições acima apontadas?

E' que s. ex. nunca tomou ao serio nem as leis, nem os regulamentos, nem mesmo aquelles que forão feitos e baptisados por s. ex.

O unico meio, sr. doutor João Thomé, de prover uma cadeira vaga do Atheneu—é a substituição e em seguida o concurso.

Assim é regular e não arbitrario, contrario ao regulamento que s. ex. fez sem pensar no que escrevia.

Emende a mão, mude de rumo, e deixe de transgredir constantemente as leis, acima das quaes não está s. ex. collocado.

Que exemplo pode dar s. ex. que respecto ao modo de proceder aos seus actos administrativos, e não se esqueça de que os seus actos são os olhos de todos?

Nasce de tudo a corrupção dos povos.

A fallencia Jacintho Pinto

O articulista do *Conservador* de 31 de Outubro começa por um exordio insultuoso em que censura o applauso da *Regeneração* ao redactor desta folha, o procedimento deste, agradecendo aos amigos que o felicitarão na noite de 24 do mesmo mez, e continua com umas inconveniencias, julgando estar no tempo em que era redactor do *Mercantil*.

E' para este modo de proceder que deve sentir muita indignação.

Chamamos á ordem o escriptor inconveniente e desnorreado dos deveres do jornalista.

Não pense que não poderíamos lançar mão da mesma arma, e pôr a calva á mostra de muita gente, arrancando-lhe o *chinó*; porém essa não é a nossa missão—nossa bandeira é a defeza dos interesses vitales desta provincia, dos interesses do partido conservador, dos principios do justo, do bem e do verdadeiro.

Por isso havemos de estigmatizar os actos de s. ex. que não forem pautados por essas normas.

Não seguiremos o caminho do escriptor, que começa e termina seu artigo sempre inconveniente e insultuoso.

E' esta a arma dos fracos, dos que defendem—não a verdade, mas dominados pelo vão desejo de fallarem, de saírem de uma critica posição, procurão desvirtuar os factos, insultando o adversario.

E para que essa linguagem, esse extenso vocabulario de insultos?

Para dizer-se que o ex-promotor andou mal, não requerendo nova abertura de fallencia contra o tenente coronel Jacintho Pinto da Luz.

Tres columnas do *Conservador* forão gastas impropriamente exhibindo-se de tal modo o artigo **MUTILADO** sabemos o que mais

admirar, — se a ousadia com que o adultera as phrases que são empregadas no officio reservado dirigido á presidencia, pelo então promotor publico, ou se a falta de conhecimentos juridicos.

Confundio quebra *fraudulenta* com *estellionato* !!

Confundio o procedimento *ex-officio* com a *denuncia official* !!

Confundio o tempo em que foram oppostos os embargos de nullidade com os proprios embargos !!

E fez uma distincção entre a parte civil e a criminal no processo de fallencia, que pensámos que fallava algum Papiniano !!

E nisto cifrou-se toda a sciencia juridica do articulista que roubou o precioso tempo do leitor com tres columnas do *Conservador*.

Antes de irmos a materia copiemos um trecho, afim de darmos uma succinta explicação.

Diz: O promotor, com alguma demora, responde de maneira inconveniente e inepta, chegando a escrever que, *não poderia satisfazer os desejos de s. ex.*, por ter estado fóra da provincia e não lhe haver dado informações a respeito o adjunto que, *por isto faltava ao cumprimento dos seus deveres*, e mesmo porque *era inutil lh'as pedir*.

Será por ventura inconveniente e inepta uma resposta desta ordem a um presidente que servindo de manivella, exige de um órgão do poder judiciario informações taes que o obriguem a requerer, sem fundamento, nova abertura de fallencia, afim de ser satisfeito o desejo de alguns intrigantes?

Ha inconveniencia e ineptia num reservado desta ordem?

As pessoas sensatas, e aquellas que são escrupulosas no cumprimento de seus deveres, por certo não deixarão de responder negativamente.

Encontrão inconveniencia e ineptia os que mercadejam com a justiça, em detrimento de sua dignidade.

Fique este ponto bem assentado.

Outro reparo merece ainda o periodo transcripto, quando ayaça inexactamente que a resposta foi dada com demora, sendo ao contrario certo que recebido o officio ao meio dia de sabbado de 17, ella foi dada a 19.

Examinemos agora a parte juridica, onde o articulista exhibe seus conhecimentos scientificos.

E' assim que proseguindo declara que *a promotor publico é competente para iniciar processos de fallencia* !!

Que deste modo fallasse algum rustico ou pobre de espirito, poderíamos supportar; mas que um bacharel com alguns quatrienios, já velho, formado a quasi 30 annos, lance á luz da publicidade semelhante proposição, é incrível, ou antes — horrorosa.

Em que artigo de lei ou regulamento fundamenta essa proposição?

Temos o artigo 68 do decreto n. 1597 de 1.º de maio de 1855 que condemna de modo decisivo semelhante disparate: « E' licito tambem ao promotor publico intervir, requerer e promover perante o juizo commercial todos os actos do processo *depois da abertura até a qualificação da quebra e pronuncia do fallido, quando o mesmo processo for abandonado pelos credores por transacção ou pobreza da massa fallida.* »

O processo foi annullado por incompetencia do juizo — e uma vez nullo, é como se nunca existisse em direito.

Se não existe fallencia, como ha de o promotor requerel-a, quando é certo que sua competencia começa *depois da abertura della?*

Outra proposição igual a primeira é a seguinte: « o promotor é competente para acompanhar a fallencia em seus termos *ulteriores á qualificação da quebra.* »

O mesmo artigo 68 nega peremptoriamente semelhante asserção, nas palavras — *até a qualificação.*

A distincção que faz o articulista entre parte civil e parte criminal no processo de fallencia, para fundamentar suas duas proposições, é inepta para basear sua intuição, sendo no entretanto exacta.

Se existe distincção entre a parte civil e a criminal nos processos de fallencia, existe tambem a lei que regula a parte da

acção da promotoria, e marca-lhe o limite nesses processos.

Conseqüentemente não aproveita a distincção ao fim a que foi destinada.

Ha tambem distincção entre materia civil e materia commercial, d'aqui concluirá por ventura o articulista que depois da fallencia as dividas civis não se confundem com as commerciaes?

E não sabe porque assim acontece?

E' porque, como diz Renouard, interesses de ordem diversas levarão o legislador a considerar a fallencia um estado geral e divisivel, que estende-se sobre a pessoa do fallido e a universidade de suas dividas.

Antes da fallencia isso não se verifica.

Assim tambem o art. 68 não faz distincção entre a parte commercial e a criminal; não diz que na parte commercial comece depois da abertura e vá até a qualificação, e na criminal inicie — e prosiga nos termos ulteriores á qualificação da quebra.

Seria singular o promotor publico intervir na parte commercial em um processo de fallencia!

Bem claro está pois que esse artigo, para não ser absurdo, refere-se á acção do promotor, no character de órgão da justiça social, e marca-lhe o começo e o fim de sua competencia.

O promotor acompanha o fallido até a sua condemnação, diz o articulista.

E' facil escrever-se uma tal proposição, mas basear-a em argumentos solidos, ou disposições legais duvidamos que se o faça.

Poderíamos agora, não diremos chamar de simplorio, mas fazer sentir ao escriptor que a presumpção de que sabemos muito, é a prova mais evidente de que nada sabemos.

Prosegue o articulista:

Sabem todos que as fallencias podem ser abertas, já a requerimento de credores, e já *ex-officio*!

Daqui conclue a competencia do promotor. Oh! o officio do juiz confundido com o da promotoria!

Saiba que para haver procedimento *ex-officio* — carece o juiz que seja caso de denuncia; mas d'ahi concluir-se o inverso — é o que não podemos admittir, porque não ha lei que consagre essa jurisprudencia.

Uma vez que seja caso denuncia, pode haver procedimento *ex-officio* (hoje alterado); mas deste não se pode concluir aquella. O segundo emana da 1.ª, mas a inversa não se sustenta.

Se do procedimento *ex-officio* decorresse a denuncia, é claro que uma vez que desaparecesse aquelle esta deveria deixar de existir.

No entretanto não é exacto, o que se prova com o artigo 15 da reforma judiciaria, que abolindo o procedimento *ex-officio* dos juizes formadores da culpa, excepto nos casos de flagrante delicto..., não desaparece a queixa ou denuncia.

Pode conceber-se pois uma cousa sem a outra. E é justamente este o caso do artigo do cod. com., combinado com o art. 68 do decreto de 1855.

Se o cod. com. estabelece no art. 807 que « a quebra pode tambem ser declarada a requerimento de algum ou alguns dos credores legitimos do fallido, depois da cessação dos pagamentos deste; e tambem a pode declarar o *tribunal do commercio ex-officio* quando lhe conste por notoriedade publica, fundada em factos indicativos de um verdadeiro estado de insolvencia, e se o art. 68 do decreto citado marca o ponto de partida e de chegada da competencia do promotor publico, como é que vem dizer-se que do procedimento *ex-officio* decorre a competencia da promotoria para requerer abertura de fallencia?

Em materia de attribuições é preciso que se achem estatuidas em lei.

O cod. com. dá essa attribuição ao juiz e ao credor, sem fallar no promotor. O decreto de 1855 indica aonde começa e termina a acção da promotoria.

Como então não se ha de respeitar essas prescripções, mormente attendendo-se que o direito commercial forma um ramo do direito com uma legislação especial?

Acompanhem *pari passu* o articulista. Transcrevamos ainda se diz na celebre

informação que o processo corra regularmente seus termos, tendo havido *embargo d qualificação*,» (que monstruosidade!)

A isto respondemos, copiando o que foi escripto: «depois de qualificada a quebra houve embargos de nullidade, sendo julgados precedentes.»

Ora quem ler o que disse o articulista e o que dissemos, por certo ha de ver desaparecer esse monstro, filho da imaginação do escriptor, que defendendo uma causa má, phantasia o que melhor lhe convém.

Depois de qualificada a quebra — mostra esta phrase que não foi antes, e não que houvesse embargos á mesma qualificação.

Prosegue o articulista: «é licito a um promotor ignorar que em taes circunstancias, definitivamente pronunciado o tenente-coronel Jacintho Pinto da Luz por quebra fraudulenta, se não havia e não ha fallencia, houve ou ha necessariamente estellionato?»

E' inadmissivel semelhante proposição.

Entende o articulista que sendo classificada *fraudulenta uma quebra*, se o processo é annullado, apparece o *estellionato*!

E' até onde pode chegar a ousadia da ignorancia.

Pois aquella e este tem os mesmos requisitos?

A simples nullidade do processo muda a natureza do crime?

Veamos os requisitos para que se dê um ou outro desses delictos, e por ahi ficará evidentemente provada a impossibilidade de sua confusão.

E' fraudulenta a quebra nos casos em que concorre alguma das circunstancias seguintes: 1.º despezas ou perdas ficticias, ou falta de justificação do emprego de todas as receitas do fallido. 2.º occultação no balanço de qualquer somma de dinheiro ou de queresquer bens ou titulos. 3.º desvio ou applicação de fundos ou valores de que o fallido tivesse sido depositario ou mandatario. 4.º vendas, negociações, e doações feitas, ou dividas contrahidas com simulação ou fingimento. 5.º compra de bens em nome de outra pessoa. 6.º não tendo o fallido os bens que devem ter, ou se apresentarem abonados ou falsificados. (Cod. com., art. 202 e paragraphos.)

A 21 do cod. crim. — Julgar-se ha crime de estellionato: § 1.º a alheação de bens alheios como proprios, ou a troca das cousas que se deverem entregar, por outras diversas. § 2.º a alheação, locação, aforamento ou arrendamento da cousa propria já alheada, locada, aforada ou arrendada a outrem, ou a alheação da cousa propria especialmente hypothecada a terceiro. § 3.º a hypotheca especial da mesma cousa a diversas pessoas, não chegando o seu valor para pagamento de todos os credores hypothecarios.

Art. 21 da reforma judiciaria — em geral o estellionato, de que trata o § 4.º do art. 264 do cod. crim., é o artificio fraudulento, pelo qual se obtenha de outrem a entrega de dinheiro, fundos titulos ou queresquer bens, pelos seguintes meios: 1.º usando-se de falso nome ou falsa qualidade. 3.º empregando-se fraude para persuadir a existencia de emprezas, bens, credito, ou poder supposto ou para produzir a esperanca de qualquer accidente.

Art. 265 do cod. usar de qualquer falsidade para se constituir a outro em obrigação que não tiver em vista, ou não poder contrahir. Desviar ou dissipar em prejuizo do proprietario, possuidor ou detentor, cousa de qualquer valor que se tenha confiado por qualquer motivo com a obrigação de a restituir ou apresentar. Tirar folhas de autos ou livros judiciais, *subtrahir do juizo documentos nelle offerecidos, sem licença judicial.*

Ninguém dirá depois destas transcripções que sendo qualificada fraudulenta uma quebra, annullado o processo — apparece o estellionato. E no entretanto o disse o articulista, cujos conhecimentos juridicos não podem ser abonados.

Eis reduzidas a seus justos limites as tres columnas do *Conservador* de 31 de Outubro.

Poderíamos fazer muitas outras considerações a respeito do que ali se diz, mas este já vai muito longo; contudo acrescentaremos que não somos patronos do tenente-cu-

ronel Jacintho Pinto da Luz; defendemos, sim, a victima de alguns perseguidores gratuitos, defendemos os interesses da justiça com que muitas vezes procura-se mercadejar.

Nos annaes de Santa Catharina — nunca se vio cousa igual, nunca se vio um presidente envolvido em questões desta ordem, a fim de satisfazer desejos inconfessaveis de amigos. De tal sorte é o interesse de s. ex. que demittio o Dr. Genuino Vidal do cargo de promotor, porque este não quiz curvar-se as suas imposições, e ao mesmo tempo nomeou o bacharel Joaquim Augusto do Livramento, que fôra destituído de curador fiscal da massa, a fim de que este prosiga em sua tarefa ingloria.

Esperemos os movimentos, e promptos estaremos na estacada.

O articulista promete voltar ao assumpto; volte, porém, limpo e aceiado.

COLLABORAÇÃO.

A situação nesta provincia.

Digão embora os thuriferarios do poder, os incensadores do Sr. Dr. João Thomé da Silva, actual presidente da provincia, que aqui tudo vai em progresso, porque s. ex. tem-na governado com muito criterio e é optimo estadista, financeiro e economico, não podemos, nem devemos, como catharinense, e na qualidade de conservador, deixar passar sem solemne protesto tantas *sedas rompidas*, tantos *elogios á queima roupa*, de que s. ex. tem sido constante objecto.

Em verdade, desde que s. ex. chegou ás plagas desterrenses, prestou juramento e assumio a administração, em 24 de Outubro de 1873, foi seu primeiro cuidado, sem duvida para desempenhar os pedidos de alguém, unir-se a um grupinho ainda hoje existente que tinha adherido á candidatura e eleição do Sr. Cotrim, demonstrando desse modo que nenhuma consideração lhe merecia os conservadores da velha guarda, os quaes sustentando a dignidade e autonomia do partido, apesar de votados ao ostracismo por s. ex., sempre estiverão na expectativa.

Hoje, porém, está tudo descortinado, o s. ex. descobrio-se a final, demittindo da promotoria publica (cargo de pura confiança politica) ao conservador Dr. Genuino Firmino Vidal Capistrano, nomeando para substitui-lo o bacharel Joaquim Augusto do Livramento, liberal extremado, que, ainda na ultima eleição, foi ferir batalha na parochia de S. Miguel, contra o partido dominante.

Não ha razão plausivel que justifique semelhante procedimento de s. ex. Nem tambem quem ignore a causa de tal nomeação, por que o Sr. Dr. João Thomé da Silva, esquecendo-se da independencia que a Constituição Política do Imperio estabeleceu entre os poderes administrativo e judiciario, deo a mais cabal demonstração de que devia intervir no processo da fallencia do tenente coronel Jacintho Pinto da Luz.

Foi assim que, demonstrando seu despeito pela destituição do Sr. Livramento do cargo de curador fiscal dessa massa fallida, o nomeou promotor publico, para levar a fim os seus desejos, isto é, fazer continuar a fallencia, a despeito de não ter o processo sido abandonado pelos credores por pobreza da refirida massa, caso unico, em que, na conformidade do art. 68 do decreto de 1855, compete á promotoria publica intervir depois da abertura da fallencia até a qualificação de quebra.

Não encontrava, de certo, s. ex. no partido conservador quem quizesse aceitar essa nomeação pela causa especial a que era destinada, mórmente tendo s. ex. caprichosamente mandado responsabilisar o Dr. Genuino, por estar despeitado com este, attento a tel-o denunciado ao supremo tribunal de justiça, pelo crime de prevaricação.

E, ainda mais, pela sublime razão de fazer desaparecer a denuncia dada pelo mesmo então promotor contra o juiz municipal 1.º supplente José Delino dos Santos, pois, se-

gundo é publico, della se servio o indicado novo promotor, para documentar a denuncia dada contra o Dr. Genuino, fazendo assim parar a acção da justiça publica contra a autoridade devidamente responsabilizada.

E tudo isto tem sido praticado de inteiro accordo com o Sr. Dr. João Thomé, que de presidente da provincia, quer descer ao desempenho do cargo de assessor dos juizes de 1.º e 2.º instancia nesta infeliz provincia.

Levante-se, porém, ella uma vez bem poderosa, forte e intelligivel para combater taes desmandos.

Arme-se, muito embora, o rancor de s. ex. contra os que profligão os seus actos, mas desbarate-se esse abuso do poder, para que s. ex. comprehenda que nesta terra não habitão sómente os seus thuriferarios.

Acabrunhe s. ex. o partido conservador com o seu procedimento, mas fique certo que os legitimos amigos dessa politica de ordem, de manutención de paz e de engrandecimento publico na nação brasileira, hão de reagir contra seus desmandos, até que calle no animo do governo imperial as justas queixas da maioria dos opprimidos.

S. ex. está trahindo o partido conservador na provincia de Santa Catharina.

Os factos o estão demonstrando.

O Sr. Dr. João Thomé da Silva está descoberto: queria fazer partido para si, mas agora deve perder as esperanças de levar a effeito suas pretensões, porque temos outros cidadãos com mais direitos adquiridos a fim de supplantar o seu vôo de aguia.

Percebem-nos?

Justus.

Desterro, 2 de Novembro de 1874.

GAZETILHA.

Vapores.— Entrou, vindo do Rio de Janeiro, o transporte de guerra *Bonifacio*, no dia 2 de corrente, e seguiu no dia seguinte de manhã para o Sul.

— O dos porcos chegou no dia 3 — partindo hontem para Montevideó, com escala pelo Rio-Grande.

Nomeações.— Forão despachados: 1.º vice-presidentes desta provincia o capitão de fragata Thomaz Pedro de Bittencourt Cotrim; 3.º o conego honorario Joaquim Eloy de Medeiros; 6.º o Dr. Juiz de direito de S. Miguel Honorio Teixeira Coimbra, ficando em 2.º o Sr. Dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, juiz de direito da comarca de Santo Antonio dos Anjos da Laguna, e em 4.º o Sr. tenente-coronel Luiz Ferreira do Nascimento e Mello.

Outra.— Consta ter sido nomeado delegado do inspector geral da instrucção publica da côrte — o Dr. José Ferreira de Mello.

Relogio de treze espheras.— Os jornaes do Rio da Prata dão noticia de ter o relojoeiro D. Conrado Ferrer construido um relógio de treze espheras, movido por um só motor, que demonstra a differença dos principaes pontos do globo em latitude, longitude e horas.

O meridiano escolhido foi o da Capitania do porto de Buenos-Ayres.

Ao tempo em que a esphera central assignala 12 horas do dia em Buenos-Ayres, indica a de Paris, 4 horas da tarde; a de Londres, 4 menos 6 minutos; a de S. Francisco (Estados-Unidos), 8 e 15 minutos; a de Nova-York, 11 e 1 minutos; a de Berlin, 5 menos 13 minutos; a de Valparaíso, 11 e 7 minutos da manhã; a do Rio de Janeiro 1 e 1 minuto da tarde; a de Madrid, 4 e 20 minutos; a de Pekin, 12 e 20 minutos; a do Mexico, 9 e 20 minutos da manhã; a de Roma, 3 e 15 minutos da tarde, etc.

INEDICTORIAL.

Como forão arranjadas.

Era preciso a todo transe forjar-se um processo para ser satisfeito o fraco de s. ex.

Mas tão estonteadamente procederão que não souberão o que fizeram. Um officio foi recebido meia hora antes de ser expedido, isto diz o *Conservador* de 24 de Outubro p. p.; mas o de 31 declara que foi um dia antes de lavrada a demissão!!!

Não se pense que é isto engano, porque o mesmo se vê na certidão passada pelo secretario, e que se acha junta ao processo de responsabilidade.

Que governo provincial moralizado!

E' melhor para os leitores ficarem bem inteirados de tudo, transcrevemos o que ha a respeito desta façca ridicula, em que foi envolvido o sr. João Thomé.

OFFICIO DO DOUTOR JUIZ DE DIREITO EM RESPOSTA AO DA PRESIDENCIA.

Juizo de direito interino da comarca da capital da provincia de Santa Catharina. — Desterro. — Illm. e Exm. Sr. — Em resposta ao officio de v. ex. datado de hoje, cumpre-me declarar-lhe que recebi o officio em que v. ex. communicava-me a exoneração do Dr. Genuino Firmino Vidal Capistrano, do cargo de promotor publico da comarca desta capital, hontem a uma hora da tarde, e ás cinco e meia horas tambem da tarde do mesmo dia, uma denuncia dada pelo referido doutor na qualidade de promotor publico, contra o 1.º supplente do juiz municipal deste termo por crime de prevaricação.

São estas as informações que me pede V. Ex. no seu mencionado officio. Deus guarde a V. Ex. — Illm. e Exm. Sr. Doutor João Thomé da Sylva, digno presidente da provincia de Santa Catharina. O juiz de direito interino — José Ferreira de Mello.

João José de Rosas Ribeiro de Almeida, secretario do governo. — Certifica que hontem a uma hora da tarde foi expedida por esta secretaria, a communicação feita ao Dr. Genuino Firmino Vidal Capistrano de ter sido nessa data exonerado do cargo de promotor publico da comarca da capital; e bem assim que lhe foi declarado pelo continuo Alexandre José Custodio ter sido entregue em mão ao mesmo Dr. a mesma communicação cinco ou dez minutos depois. Secretaria do governo da provincia de Santa Catharina, 23 de Outubro de 1874. — João José Ribeiro de Almeida, secretario do governo.

A *Regeneração* de 29 não pôde passar esta immoralidade.

Assim é que se exprime nas palavras: Além da palmar contradicção se nota na certidão da secretaria do governo, confrontada com o officio do juiz de direito interino, quanto á hora em que foi expedido o officio da communicação, (hora e meia da tarde) e sem recebimento, (meia hora antes!) o facto material da effectiva entrega da denuncia ao juiz, não é acto de officio do promotor.

A demissão e a denuncia são de 22, antes pois de receber a communicação podia a demissão estar escripta e e mesmo em camião. Logo não como certo, se a remessa do processo precedeu ou não ao recebimento do secretario do governo.

Estes factos são de tão duvidosa natureza quanto o proprio juiz de direito recebeu o officio de communicação antes de ser expedido!

O *Conservador* de 31

MUTILADO

sahir-se desta vergonhosa contradicção, a explica do modo seguinte:

DISCORDANCIA DE HORAS. — A que pensou a *Regeneração* ter encontrado na entrega dos officios de communicação da exoneração do Sr. Dr. Genuino Firmino Vidal, ao Sr. Dr. Juiz de direito e ao demittido, acha-se explicada pela declaração da secretaria da presidencia, á qual se lê em a parte official deste jornal.

Explicação do secretario:

João José de Rozas Ribeiro d'Almeida, secretario do governo. — Certifico que no dia 23 do corrente, achando-se no gabinete da presidencia o Sr. Dr. José Ferreira de Mello, juiz de direito interino da capital, a hora em que assignava S. Ex. o Sr. Dr. presidente da provincia o expediente relativo a demissão do cargo de promotor publico, fôra ahí entregue por mim pessoalmente ao mesmo Sr. Dr. Mello a respectiva communicação, sendo que, depois com pequena demora, fôrão expedidas as demais communicações. Secretaria do governo da provincia de Santa Catharina, 23 de Outubro de 1874. — João José de Rozas Ribeiro d'Almeida, secretario do governo.

Que moralidade!

É no governo do Sr. Dr. João Thomé, continuamente incensado, que observamos estes escandalos.

Se S. Ex. não se tivesse rodeado do grupinho, por certo não passaria por estes dissabores.

Não se pense que na certidão do secretario, haja na data erro typographico. O que ahí se observa, encontra-se tambem na que foi enviada como documento para fundamentar a denuncia dada pelo promotor bacharel Joaquim Augusto do Livramento.

O que dirão agora? ainda virão dizer que foi eng.no?

Não se comprazem mais, porque o Dr. Ferreira de Mello affirmará que recebeu o officio de exoneração do Dr. Genuino Vidal, quando ia pondo o chapéo na cabeça para sahir de casa.

Ah! Sr. João Thomé, a sua impossibilidade de viver entre essa gente é tal que S. Ex. não deve perder um só instante para dizer o adeus de despedida.

Boa viagem.

A secretaria do Governo.

O secretario do governo não desempenha seus deveres.

O secretario Rozas, tendo recebido a 7 a carta do promotor do Sr. Genuino Vidal, a qual foi recebida pela secretaria da faculdade de direito de S. Paulo, sómente 21 dias depois se comunica ao Dr. Vidal, em lingua bem menos polida, afim de ir receber a na secretaria.

Quanto deleixo!

A secretaria da assembléa provincial.

Verdadeiro contraste entre a solicitação de João Costa, official maior da assembléa legislativa provincial, pela sua adjunção o Sr. Antonio de Mello, deleixo do Sr. Rozas na secretaria do governo, onde fica por espaço de 21 dias sem receber a carta de doutor, enviada da faculdade de direito de S. Paulo. A assembléa pode hoje ser bem organizado; os li- do devorados pelas tra-

MUTILADO

ças, ficarão novos; os mappas despresados hoje estão ornando as paredes; a legislação tem seu indice.

Prosigão os Srs. João Costa e seu adjunto na tarefa que encetarão, que o reconhecimento publico lhes pertencerá.

Devemos dar a cada um o que é seu.

Se a imprensa deve profligar os desmandos da autoridade, e dos empregados omissoes no cumprimento de seus deveres, tambem é justo que faça sobresahir o merito.

Se censuramos o deleixo do Sr. Rozas, exaltamos os cuidados dos Srs. Costas.

É o Sr. Rozas o secretario que o Sr. João Thomé da Silva escolheu para sua intimidade.

E o Sr. João Thomé é um optimo administrador, faz tudo, e nada apparece, a não serem os seus reservados.

Transgressão de lei.

O 1.º supplente do juiz municipal e de orphãos José Delfino dos Santos entende que as leis não fôrão feitas para elle.

E' assim que sendo-lhe feito um requerimento a 31 de Outubro, deixa-se ficar com elle por espaço de 4 dias, no fim dos quaes entrega-o a parte sem despacho!

Um juiz que demora ou nega a administração da justiça acha-se incursivo como criminoso no § 6.º do art. 129 do cod. penal.

Prosiga, e veremos o resultado.

Zig-zags.

O palacio do sr. João Thomé vive abandonado.

Na sacada apenas vê-se o seu cabo de ordens, que é rendido pelo sr. Pinto Braga e nada mais.

Agora o mal está feito, soffra comnosco bem caladinho, dizia o grupinho a s. ex., que anda de bocca amargosa.

Não pensasse o sr. João Thomé que estava na terra dos cegos, onde quem tem um olho é rei.

Não te assustes, Rozas, que eu com a vara de juiz hei de endicital-o.

Se o sr. José Delfino adivinhar quem assim fallava, terá um doce de grossa polpa sem miolo.

Foi codilhado o sr. Pinto Braga na vice-presidencia, que tão almejada era pelo sr. João Thomé.

Porque, e para que?

Eles lá se entendem — andarão no mesmo collegio....

Foi despachado terceiro vice-presidente desta provincia o sr. padre Eloy; queremos vêr se é capaz de demittir ao sr. Ovidio Dutra.

A communicação de exoneração do cargo de promotor foi a 22, mas o dr. José Ferreira recebeu-a meia hora antes, e o sr. Rozas teima que foi um dia antes.

Ah! sr. Rozas, ha de ser — cavalleiro da Roza — para ficar igual ao sr. José Delfino.

Que dois Epaminondas!

O sr. José Delfino anda de labios descolorados, depois que está sendo processado.

Fique certo de que quem se ri por ultimo sempre se ri melhor.

Quando é que embarca o João Thomé? Esta é a pergunta que se ouve por toda a parte.

Veja quantos beneficios tem feito s. ex. a esta provincia, que os catharinenses desejão ver quanto antes pelas costas — o *padrão de gloria do Conservador*.

As communicações de exoneração e as certidões do Sr. Rozas são como o relógio de D. Conrado Ferrer, de 13 esferas, quando é uma hora em palacio — é uma e meia na Praia de Fóra; quando são 22 de outubro na Praia de Fóra, são 23 em Palacio.

Um *brevet*, Sr. Rozas.

EDITAL.

O cidadão José Delfino dos Santos, juiz de orphãos supplente em exercicio nesta cidade do Desterro, etc.

Faço saber que por este juizo se ha de vender em hasta publica á porta da sala das audiencias, no dia 12 do mez de Novembro p futuro, pelas 11 horas da manhã, uma morada de casas terreas sita nesta cidade á rua do Senado, com terrenos amurados até a casa de José Ramos da Silva, extremado pelo sul com casas do mesmo Ramos até certa altura, e o mais com terrenos de D. Euphrozina até a cerca que divide os fundos dos terrenos da mesma chacara, extremado pelo norte com a rua das Flores até casas inventariadas, e daí para diante, pelo mesmo lado do norte, com o muro de pedra até a cerca da divisa, avaliada por 3:000\$000, pertencente aos bens inventariados da finada D. Maria Joaquina Garcia, de que é inventariante seu filho Francisco José Garcia. E para que chegue ao conhecimento de todos e de quem convier mandei passar o presente edital a outro de igual teor, que será affixado e publicado pela imprensa. Desterro, 28 de Outubro de 1874. Eu João Damasceno Vidal, escrevente juramentado que o escrevi.

José Delfino dos Santos.

ANNUNCIOS.

Declaração.

Manoel Rodrigues Vianna Patrãozinho, morador e negociante na freguezia de Canasvieiras, julga nada dever nesta praça, nem em outra qualquer; mas se por acaso alguém se julgar seu credor, queira apresentar suas contas devidamente legalizadas, no prazo de 30 dias, afim de serem pagas; assim como pede as pessoas que lhe são devedoras, queirão satisfazer seus debitos, para não serem obrigadas a pagar judicialmente.

Canasvieiras, 3 de Novembro de 1874.

O ADVOGADO
Doutor Genuino Firmino Vidal
Capistrano
tem seu escriptorio á
Rua Aurea n. 15
onde pôde ser procurado das 9
horas da manhã ás 3 da tarde.